
Juvenilização no CEEBJA de Chopinzinho (PR) e as suas relações com o mundo do trabalho e da educação

Juvenilization in CEEBJA of Chopinzinho (PR) and its relations with the world of work and education

Ana Claudia de Camargo
Suely Aparecida Martins
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)
Francisco Beltrão (PR)

Resumo

Analisa-se, neste estudo, as causas da juvenilização na Educação de Jovens e Adultos (EJA) em Chopinzinho, município da região Sudoeste do Paraná. Inicialmente expõem-se as categorias juventude, educação e trabalho e como estão imbricadas aos processos de escolarização da juventude da classe trabalhadora. Em seguida, contextualizam-se alguns eventos da história da EJA no Brasil. Por fim, apresentam-se dados referentes ao número de matrículas da EJA nos últimos anos, os quais revelam o crescente número de jovens nessa modalidade de ensino. Na pesquisa de campo, realizada no Centro de Educação Básica de Jovens e Adultos (CEEBJA) do referido município, foram aplicados questionários semiestruturados aos jovens de 18 a 29 anos de idade, estudantes do Ensino Médio, com vistas a analisar os principais aspectos que têm levado esses estudantes a interromper seus estudos no ensino regular e posteriormente retornar para a EJA.

Palavras-chave: Educação; Juvenilização na EJA; Trabalho

Abstract

This study analyzes the causes of juvenilization in *Educação de Jovens e Adultos* – EJA – (Youth and Adult Education) in Chopinzinho, a municipality in the southwest region of Paraná. Initially, we expose the categories of youth, education, and work and how they are intertwined with the schooling processes of working-class youth. Next, we contextualize some events in the history of EJA in Brazil. Finally, we present data regarding the number of EJA enrollments in recent years, which reveal the growing number of young people in this type of education. In the field research, carried out at the *Centro de Educação Básica de Jovens e Adultos* – CEEBJA – (Youth and Adult Basic Education Center) of the municipality, semi-structured questionnaires were applied to young people between 18 and 29 years of age, high school students, to analyze the main aspects that have led these students to interrupt their studies in regular school and subsequently return to EJA.

Keywords: Education; Juvenilization in EJA; Work.

1 Introdução

Este artigo apresenta resultados da pesquisa desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), campus de Francisco Beltrão (PR), vinculada à linha de pesquisa Sociedade, Conhecimento e Educação, tendo como temática central os alunos jovens da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Desde a década de 1990, estudos vêm apontando que há um crescente número de estudantes jovens nessa modalidade de ensino, suscitando, desse modo, uma série de questionamentos e análises acerca do que os pesquisadores têm denominado de juvenilização na EJA.

Entendemos o termo juvenilização na EJA como sendo a entrada cada vez mais frequente de jovens nessa modalidade de ensino, algo observado desde os anos 1990, como ressalta Silva (2019, p. 57) “[...] alguns autores começam a denominar de “Juvenilização da EJA”, em função das evidências empíricas que a presença dos/das jovens já constitui um fenômeno estatístico significativo nas diversas classes de Educação de Jovens e Adultos”. Desse período até hoje, as questões que envolvem a juvenilização da EJA continuam presentes levantando a uma série de inquietações que necessitam ser discutidas. Nesse sentido, levantamos esta questão problematizadora: *Quais as possíveis causas que levam o jovem da classe trabalhadora interromper seus estudos na escola regular e posteriormente buscar a EJA?*

Na perspectiva de respondê-la, definimos como objetivo geral, neste estudo, analisar o aumento da presença de jovens na EJA em Chopinzinho (PR) e a sua relação com os processos de desigualdade educacional e social. Para desenvolver tais reflexões crítico-analíticas, direcionamos nossos olhares para a juventude da classe trabalhadora e seus processos educacionais relacionados ao mundo do trabalho a partir do materialismo histórico dialético, sendo esse o método capaz de nos levar a entender como ocorre a juvenilização na EJA em uma realidade social específica, a do município de Chopinzinho (PR). Além de revisão bibliográfica sobre a temática, recorreremos à análise de documentos e à aplicação de questionários semiestruturados, que foram respondidos por jovens estudantes de 18 a 29 anos de idade que estavam cursando o Ensino Médio (EM) do Centro de Educação Básica de Jovens e Adultos (CEEBJA) em 2021.

Organizamos o artigo em três momentos, no quais procuramos, mediante os aportes teóricos mobilizados, atingir os objetivos propostos. Inicialmente, tomamos como base

conceitual as categorias juventude, educação e trabalho e suas relações estabelecidas no âmbito das contradições inerentes ao sistema capitalista. Em seguida, realizamos uma breve descrição história dos principais aspectos políticos e sociais estruturantes da EJA no Brasil com o recorte temporal a partir dos anos 1960 até a atualidade. Considerando esses aparatos teóricos, damos continuidade às reflexões, apresentando os dados da pesquisa realizada no CEEBJA em Chopinzinho (PR), destacando-se especificamente os dados da EJA desse município, no intuito de demonstrar o processo de juvenilização dessa modalidade de ensino e levantar as principais causas que levam o jovem a interromper seus estudos na escola regular e retornar para a EJA, com destaque para as questões sociais atreladas ao mundo do trabalho e da família.

2. Juventudes, educação e trabalho diante das contradições do sistema capitalista

Consideramos as juventudes em uma perspectiva de classe social: a juventude da classe trabalhadora. Partimos do pressuposto que, ao trazermos à tona a juventude, como pertencente a determinada classe social, buscamos de certa forma caracterizar esse segmento de vida, levando primordialmente em consideração os alunos jovens pertencentes à classe trabalhadora que frequentam a EJA. Em nosso entendimento, isso não significa negar que a condição juvenil é constituída por questões de raça, de gênero de entre outros aspectos.

Embora sejam diversas e controversas as definições e as perspectivas de análise sobre as juventudes, há de certa maneira um consenso de que a juventude é um produto histórico da modernidade. Essa modernidade trouxe consigo a escola para as massas e demarcou um tempo específico para aprender. Instituída a partir da intervenção do Estado-Nação na regulação da sociedade, construiu a juventude como uma categoria social e, especialmente, provocou profundas mudanças sociais. Foi essa mesma modernidade que, segundo Silva (2012), solidificou uma concepção de juventude associada ao período de preparação para a vida adulta, principalmente delimitada pelo período de transição da inatividade para o ingresso no sistema produtivo capitalista.

Cassab (2011) analisa a categoria juventude a partir de um resgate histórico e destaca que, desde o século XIX, tem sido concebida como um período de vida com características próprias, sendo possível desfrutar certos privilégios, correspondendo a uma etapa entre a maturidade biológica e social. Contudo, essa mesma modernidade que trouxe, para alguns, o

Juvenilização no CEEBJA de Chopinzinho (PR) e as suas relações com o mundo do trabalho e da educação tempo e lugar para aprender, para uma grande maioria de jovens, veio acompanhada de problemas construídos no interior da sociedade capitalista: pobreza, exploração econômica, delinquência e marginalidade. Para autora:

[...] enquanto os jovens da burguesia eram liberados do trabalho e constantemente supervisionados pela família e pela escola, os filhos de operários, afastados da escola, eram precocemente inseridos no mundo do trabalho, quando não incorporavam a figura do delinquente. (CASSAB, 2011, p. 153).

Em consequência, pode-se reconhecer a existência de jovens não juvenis – como é o caso de muitos jovens dos setores populares que não gozam da moratória social e não portam os signos que caracterizam hegemonicamente a juventude – e não jovens juvenis – como é o caso de certos setores médios e altos que vêm diminuindo seu crédito vital excedente, mas são capazes de incorporar tais signos – (MARGULIS; URRESTI, 1996).

Mesmo com uma série de ações, projetos e políticas voltadas às juventudes, persistem ainda lacunas na oferta de oportunidades para a maioria dos jovens brasileiros, relacionadas à educação, à profissionalização, ao trabalho, à cultura e a outros campos, uma vez que esses setores influenciam diretamente os percursos trilhados, em um contínuo descompasso de desigualdade e de precarização. De acordo com Picanço (2015, p. 571), “A elevada desigualdade socioeconômica do país foi decisiva para que distintos papéis referentes à condição de jovem fossem construídos. Aos jovens de famílias de baixa renda foi delegado um lugar específico: o de trabalhador.”

A respeito das relações da juventude da classe trabalhadora no âmbito da educação e do trabalho, entendemos que as categorias trabalho e educação são intrínsecas e relacionam-se conforme a reprodução da estrutura produtiva, no que diz respeito ao modo de produção capitalista e como esse se manifesta na sociedade, especificamente com relação às juventudes da classe trabalhadora, no sentido de compreender “A materialidade histórica da dualidade entre estudar e trabalhar.” (FERNANDES, 2021, p. 02). Desse modo, conforme explica Mézáros (2008), a educação e o trabalho estão subordinados à estrutura capitalista: “[...] Digam-me onde está o trabalho em um tipo de sociedade que eu te direi onde está a educação.” (MÉSZÁROS, 2008, p. 17).

Nesse contexto, Lombardi (2010), com base em Marx, defende que a educação é determinada pela forma dos homens produzirem sua vida material e as implicações das relações de produção e força produtivas, as quais são fundamentais para apreender o modo

como os homens vivem, pensam, transmitem suas ideias e os conhecimentos que têm sobre a vida e a realidade natural e social. Por ser uma dimensão da vida dos homens, a educação transforma-se historicamente conforme as modificações que ocorrem no modo que os homens produzem a sua existência.

Com isso, o processo educativo realiza-se juntamente com o trabalho e a própria humanização, que se constitui pelos processos de objetivação e de apropriação, pois, sendo um complexo histórico e mediado, a educação se identifica com a necessidade formativa da humanidade com relação à sociedade na qual se insere. Nessa perspectiva, tomando como ponto de partida o modo de produção capitalista, buscamos analisar a educação como uma dimensão da vida social, a qual se expressa de maneira contraditória e se desenvolve mediante a luta de classes entre capitalistas e os trabalhadores.

No Brasil, a questão da associação entre nível de escolaridade e oportunidades de emprego atravessa os tempos, funcionando como uma naturalização do processo social de exclusão e dualidade que destina os sujeitos a espaços socioeconômicos predefinidos, de acordo com a sua origem de classe. Nesse sentido, a maioria dos jovens busca, por intermédio da educação, sua possível ascensão social. De outro modo, essa perspectiva também aponta para os objetivos da classe dominante em deter o poder sobre a esfera educacional, forjando, de acordo com os seus interesses no processo produtivo, a formação da juventude para a empregabilidade. Na visão de Motta, Leher e Gawryszewski (2018, p. 313):

Um denominador comum das demandas das principais frações burguesas é a necessidade de formar trabalhadores adequados às condições postas pela precarização e pela intensificação da exploração de força de trabalho.

Na atualidade, é possível destacarmos alguns elementos que têm sido intensificados como a metamorfose da sociedade salarial e as suas consequências: a precarização das relações de trabalho, os altos índices de desemprego, as estratificações e as fragmentações. “Vive-se hoje o desmonte da estrutura da relação salarial, o que modifica o próprio conceito de sociedade e o sentido das questões sociais.” (VENTURA, 2008, p. 44).

Assim, o trabalho, na atualidade, permanece pautado no modo de produção capitalista, com os avanços de uma nova economia em uma nova sociedade, supostamente conduzida pelo conhecimento, que ainda permanece marcada pela informalidade e, cada vez mais, pela precarização do trabalho e das condições de trabalho.

A realidade do trabalho precarizado e flexibilizado, com exigências profissionais e pessoais impulsionadas pelo capitalismo global e pela flexibilidade, impacta diretamente a inserção dos jovens da classe trabalhadora no mercado de trabalho. Essa juventude vivencia uma complexa realidade relacionada ao mundo do trabalho, especialmente no que diz respeito aos altos índices de desemprego e às formas de trabalho precarizadas aliadas aos aspectos políticos e sociais em formas de mudanças de leis e regimentos que retiram direitos básicos da classe trabalhadora, como um todo, e atingem muitas vezes de maneira mais intensa os jovens.

Picanço (2015) destaca que, no Brasil, o trabalho das crianças, adolescentes e jovens sempre esteve presente, mas o padrão de inserção ocupacional desses sujeitos é marcado pela precariedade: “Tal precariedade pode ser entendida de duas formas: trata-se tanto da tendência a estar nas piores ocupações no mercado de trabalho, quanto ter a pior remuneração e relações de trabalho instáveis quando comparados aos adultos em ocupações semelhantes.” (PICANÇO, 2015, p. 571).

As questões que envolvem os processos de trabalho, suas transformações decorrentes do modo de produção capitalista e seus múltiplos ditames em face da sua necessidade de acumulação e de expansão, afetam continuamente o mundo da educação, uma vez que procuram definir os moldes de formação da classe trabalhadora, sobretudo, dos jovens, de acordo com os seus interesses:

O crescimento da economia capitalista no Brasil combina produção com uso de tecnologia de ponta e atividades ilegais, domésticas e comércio ambulante em grandes cidades. Tanto no caso da economia doméstica familiar, quanto na venda ambulante que garante o escoamento das mercadorias produzidas, o trabalho precoce é fundamental e constante, aparentemente associado a uma relação de aprendizagem entre gerações (VENDRAMINI et al., 2017, p. 2158).

Kuenzer (2005), ao realizar suas análises acerca do mundo do trabalho e da relação estabelecida com a educação, denomina tais processos como exclusão/includente, pois, no mercado, identificam-se várias estratégias de exclusão do mercado formal, em que o trabalhador tinha direitos e melhores condições, acompanhados de estratégias de inclusão no mundo do trabalho por meio de formas precárias. Conforme explica a pesquisadora, os trabalhadores são desempregados e reempregados com salários mais baixos, ou reintegrados ao mundo do trabalho por meio de empresas terceirizadas, ou prestam serviços na informalidade, de modo que o setor reestruturado se alimenta e mantém sua

competitividade a partir do trabalho precarizado.

Dada essas contradições inerentes aos processos de escolarização e de trabalho, quanto ao escasso acesso a níveis mais altos de escolaridade, os jovens das classes trabalhadoras são os mais propensos a se sujeitarem aos baixos salários e trabalhos precarizados, uma vez que dependem de uma renda mensal para sua subsistência e contribuição do sustento de suas famílias. Essa realidade os condiciona, muitas vezes, a deixar o ensino regular devido aos entraves de conciliar escola e trabalho, o que os leva posteriormente a procurar a EJA para concluir seus estudos, com vistas a melhores oportunidades de trabalho.

3. A Política Educacional da EJA: entre discontinuidades e rupturas

A EJA historicamente tem suscitado uma série de questões em torno de suas especificidades, na condição de modalidade de ensino voltada aos sujeitos que não tiveram acesso à escola na idade considerada apropriada - seja por trajetórias escolares marcadas por interrupções e rupturas em virtude de múltiplos fatores nos contextos sociais onde se inserem esses sujeitos - e àqueles estudantes trabalhadores que necessitam de uma oferta de ensino com maior flexibilidade de horário.

Inicialmente imbuída do escopo erradicar o analfabetismo no país, sendo constituída predominantemente pelo público adulto, a EJA, ao longo dos tempos, tem passado por alterações nos seus aspectos políticos e sociais. Atualmente, vivencia uma elevação de matrículas de jovens que, por diversos motivos, migraram para essa modalidade de ensino, passando a modificar a sua configuração discente e suscitando questionamentos diversos sobre como ocorre esse processo denominado por muitos pesquisadores de juvenilização na EJA.

Após anos seguidos de iniciativas isoladas, desde as Campanhas de Alfabetização das décadas de 1940 e 1950, do fortalecimento da Educação Popular nos anos 1960 e da criação do Mobral e do Supletivo nas décadas de 1960 e 1970, respectivamente, o reconhecimento da educação como um direito de todos e dever do Estado foi regulamentado com a promulgação da Constituição Federal de 1988, entretanto, como destacam Ventura e Bonfim (2015, p. 2013), a EJA carrega em si algumas marcas:

Em decorrência, a marca histórica das políticas públicas de Educação de Jovens e Adultos corresponde a uma educação pedagogicamente frágil, destinada, predominantemente, à correção de fluxo e à redução de

indicadores de baixa escolaridade, e não à efetiva socialização das bases do conhecimento.

De acordo com os apontamentos de Rodrigues e Machado (2014), os quais realizam um balanço histórico dessa modalidade de ensino no que concerne às ações da sociedade política no contexto dos 21 anos de Ditadura Militar, asseveram que a EJA do século XXI é herdeira dessa mentalidade, consolidada a partir das experiências do Mobral e do Ensino Supletivo, na qual prevalece uma proposta de aligeiramento das classes de alfabetização à formação geral. Essa característica é observada pela redução de tempos e conhecimentos produzidos em programas de alfabetização e de continuidade da EJA, mantendo as características de suplência e uma concepção de formação profissional para jovens e adultos trabalhadores como “reciclagem” e “treinamento”. Embora possam ser identificadas tentativas de alteração dessas concepções, mesmo nas ações implementadas pelo Governo Federal, em experiências estaduais e municipais, pode-se afirmar que ainda não se constituiu uma outra hegemonia que suplantasse as marcas deixadas pela Ditadura Militar.

Após esse período, a década de 1980 representou um terreno fértil de reivindicações sociais. O avanço das forças progressistas para a construção de um projeto contra hegemônico de educação e as iniciativas de educação para jovens e adultos, com os movimentos sociais, emergiram na cena política, impulsionando o reconhecimento dessa modalidade educativa na Constituição Federal de 1988.

Nesse contexto, é relevante destacar o agravante quadro de instabilidade econômica pelo qual passava o país, diante do padrão de desenvolvimento, a sua subordinação dependente do capitalismo global e, por consequência, o agravamento das tensões sociais e como essas determinam de certo modo as ações políticas relacionadas às questões educacionais. Para Di Pierro e Catelli Jr. (2017, p. 36):

Como reflexo da expansão tardia da escola pública e da histórica negligência das elites com a educação das camadas populares, agravada por aquela situação socioeconômica conjuntural, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 1985 aferiu que os brasileiros tinham, em média, pouco mais que 4 anos de estudos, e registrou 17,5 milhões de analfabetos absolutos, um índice médio de 20,6% da população com 15 anos ou mais.

Com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), em 1996, a EJA é reconhecida como Modalidade da Educação Básica, com especificidades próprias. A LDBEN nº 9.394/1996 a reconheceu nos seguintes termos:

Art. 37- A Educação de Jovens e Adultos será destinada aqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio

na idade própria §1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames. § 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

Art. 38. Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular. § 1º Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão - no nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos; II - no nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos. § 2º Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames. (BRASIL, 1996).

Reservados à EJA os artigos supracitados, o que se pode analisar, inicialmente, como um ponto considerável, é a sua condição de modalidade de ensino com atribuições e especificidades, no entanto, no artigo 38, são elucidadas algumas questões, pois “[..] a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), que tratou a EJA de forma contraditória, pois se por um lado conferiu à EJA uma nova identidade, assumindo-a como uma modalidade da educação básica, por outro lado, manteve a ênfase em cursos e exames supletivos” (VENTURA, 2008, p. 113), claramente destacando a continuidade do caráter de suplência na letra da lei.

Não obstante a isso, ao analisarmos esses artigos e a definição das idades mínimas, é possível evidenciar que esse ordenamento legal se constituiu em mais um fator que propiciou a entrada de jovens cada vez mais jovens na EJA:

Tal dispositivo legal, que expulsou da escola regular diurna, do Ensino Fundamental, os jovens a partir dos 14 anos de idade, evidencia a ênfase atribuída à certificação, em detrimento da vivência plena dos processos pedagógicos necessários ao efetivo domínio das bases do conhecimento científico e tecnológico. (RUMMERT, 2007, p. 39).

Diante desse pressuposto legal, como pontua Rummert (2007), abre-se mais um amplo leque de questões em torno dos níveis de escolarização das juventudes pertencentes à classe trabalhadora, pois, ao fixar e estabelecer as idades mínimas, acaba-se por “empurrar coercitivamente” jovens de trajetórias escolares não regulares para a EJA, modalidade que tem abarcado um número cada vez maior de jovens, chegando, como discutimos adiante, no alunado preponderante dessa etapa educativa.

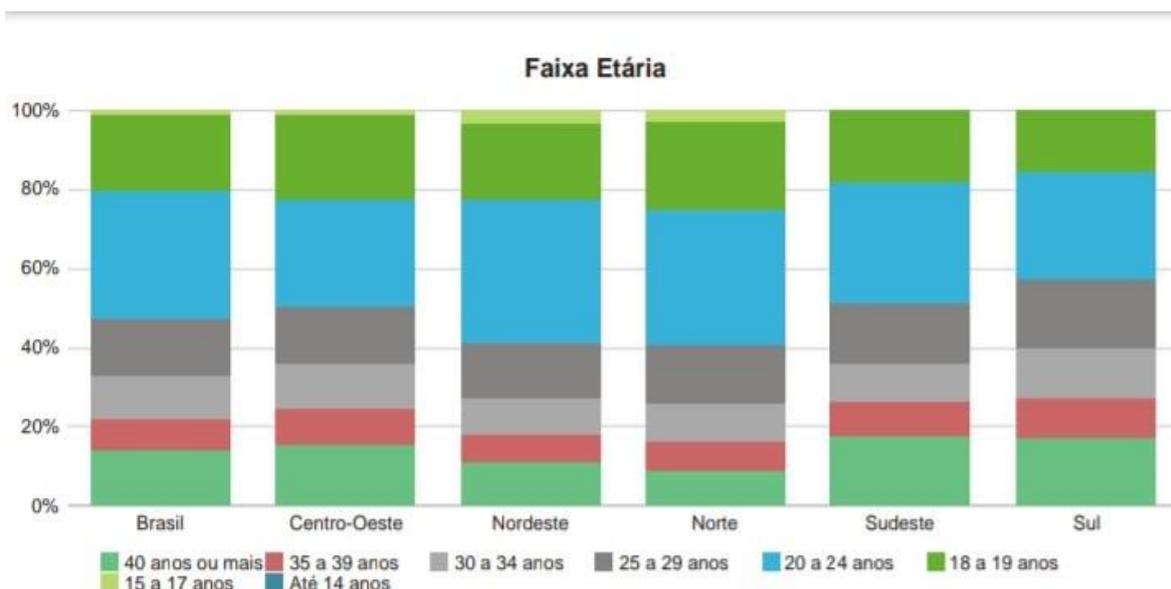
Aliados a esses determinantes, os anos seguintes da EJA no Brasil podem ser assim

Juvenilização no CEEBJA de Chopinzinho (PR) e as suas relações com o mundo do trabalho e da educação sintetizados: a ampliação dos mecanismos de certificação e a pouca expressividade com relação à conclusão do EM representam, de certa forma, expressões de uma política fragmentada para a classe trabalhadora, com caráter seletivo e mantendo uma parcela significativa da população à margem do processo de escolarização, que é substituído pelos processos de certificação: “Trata-se de uma concepção de educação para jovens e adultos trabalhadores restrita às necessidades do modelo societário do capital, que nos coloca, predominantemente, como consumidores e não como produtores de tecnologia.” (RUMMERT, 2007, p. 41). Isso também pode ser evidenciado nas palavras de Kuenzer: “A certificação vazia, e por isto mesmo, se constituem em modalidades aparentes de inclusão que fornecerão a justificativa, pela incompetência para a exclusão do mundo do trabalho, dos direitos e das formas dignas de existência.” (KUENZER, 2005, p. 15).

Até o momento, observamos que a EJA, em suas mais variadas configurações, foi marcada, ao longo dos tempos, por rupturas e descontinuidades, fatores que ainda se fazem presentes. Entretanto, um dos aspectos que prevalece, mesmo com as constantes alternâncias de programas e projetos que a regem, é o fato de permanecer como uma modalidade de ensino subalterna. Diante de tais constatações, Ventura e Oliveira (2021) alegam que, com a ascensão do ultraliberalismo, multiplicaram-se e fortaleceram-se políticas de certificação, em detrimento das políticas de escolarização na EJA, por exemplo, o fechamento de turmas e/ou escolas que ofertam a modalidade, a diminuição das matrículas na EJA presencial, a ampliação das matrículas na Educação a Distância no EM e o revigoramento do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA). Trata-se de um conjunto de fatos que vincula a ênfase na certificação à progressiva desresponsabilização do Estado com a escolarização presencial, abrindo espaço aos modelos mercantis que transitam da escolarização à educação não formal de jovens e adultos trabalhadores.

Além disso, dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Nacionais (INEP) (2020) apontam que dos 3.273.668 estudantes matriculados na EJA, 62,2% são alunos com menos de 30 anos de idade. Nessa faixa etária, 57,1% dos estudantes são do sexo masculino, demarcando na esfera nacional a juvenilização na EJA. Em 2021, segundo informações do INEP (2022) com relação ao EM, as matrículas em nível nacional totalizaram 1.237.193. Com o auxílio do gráfico a seguir, visualizamos que, em todas as regiões do país, o maior número de estudantes da EJA está na faixa etária de 18 a 29 anos de idade.

Gráfico 01: Faixa etária das Matrículas da EJA do Ensino Médio



Fonte: INEP (2022).

O que se observa a partir do gráfico é que a juvenilização na EJA, especificamente no EM, ocorre em todo o território nacional, com destaque aos estudantes que se encontram nas idades de 20 a 24 anos, os quais compõem o maior grupo etário de estudantes nessa modalidade de ensino.

4 Juvenilização na EJA no CEEBJA de Chopinzinho (PR)

Diante do aporte teórico apresentado nas seções anteriores, entendemos que a juvenilização na EJA constitui-se uma problemática que perpassa aspectos para além do âmbito estritamente educacional, uma vez que as trajetórias escolares dos jovens da classe trabalhadora que estudam na EJA são atravessadas por fatores estruturais, como as mudanças decorrentes do mundo do trabalho e da crescente exploração que atinge a classe trabalhadora como um todo, afetando, conseqüentemente, as formas de vida dos jovens, que são levados a deixar o ensino regular e posteriormente buscar a EJA.

Diante desse cenário, os dados da pesquisa de campo, realizada no CEEBJA de Chopinzinho (PR), são reveladores diante das causas que levam o jovem da classe trabalhadora a deixar o ensino regular e posteriormente ingressar na EJA. O município em questão tem um pequeno porte, com uma população estimada em 19.679 habitantes. Desses, 9.775 são do sexo masculino e 9.904 são do sexo feminino, 49,67% e 50,33% da população, respectivamente, segundo os dados do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico

Juvenilização no CEEBJA de Chopinzinho (PR) e as suas relações com o mundo do trabalho e da educação e Social (IPARDES). Os dados específicos da população jovem estão descritos no Quadro 1:

Quadro 01: Habitantes de 18 a 29 Anos de Idade

Faixa etária/anos	Masculino	Feminino	Total
18	172	189	361
19	181	187	368
20 a 24	833	816	1649
25 a 29	717	745	1462
Total Geral	1903	1937	3840

Fonte: IPARDES (2022).

Verificamos que os jovens entre 18 e 29 anos correspondem a mais de 19% da população de Chopinzinho (PR). Além disso, nas idades elencadas, a população feminina é predominante, sendo que apenas na faixa etária de 20 a 24 anos de idade, o número de homens é um pouco maior que o de mulheres, o que não altera o fato de que as mulheres jovens do município representam a maioria nesse quadro etário.

Quanto às características da cidade, no que se refere ao seu perfil socioeconômico, destacamos o seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,740, relativamente alto por se tratar de uma região com economia voltada prioritariamente ao setor agropecuário. De acordo com dados do Cadastro Geral dos Empregados e Desempregados (CAGED), o setor que mais emprega a população é o setor da indústria, o qual, por sua vez, também emprega o maior número de jovens de 18 a 29 anos de idade, com uma média salarial de 2,2 salários-mínimos no ano de 2021.

Outro dado que revela as condições socioeconômicas dos jovens de Chopinzinho (PR) diz respeito àqueles que fazem parte do grupo de famílias inscritas no Cadastro Único de Programas Sociais, com destaque aos jovens que recebem do Programa Bolsa Família. Em 2021, foram 3.000 pessoas beneficiadas, das quais 1.066 eram jovens de 18 a 29 anos de idade. O número de jovens que receberam tal recurso representa 35% do total beneficiários, compondo o grupo de pessoas que se situa nas condições de pobreza e extrema pobreza.

Para analisarmos a juvenilização na EJA, buscamos, inicialmente, nas bases de dados do INEP o número de estudantes matriculados no EM do CEEBJA de Chopinzinho (PR) com o intuito de verificar se há de fato um contingente maior de jovens matriculados nessa modalidade de ensino. Nesse sentido, os dados referenciados são do ano 2015 até 2021:

Quadro 02: Matrículas do CEEBJA de Chopinzinho de 2015 a 2021:

Ano	18 a 19	20 a 24	25 a 29	30 a 34	35 a 39	40 ou mais	Total
2015	21	22	20	8	4	18	93
2016	18	26	16	13	9	18	100
2017	26	52	22	13	15	24	152
2018	22	55	34	16	19	24	170
2019	13	32	26	10	7	12	100
2020	4	18	9	6	4	7	40
2021	7	17	18	8	9	14	73

Fonte: INEP (2022).

Como foi possível identificar nos dados sistematizados no Quadro 2, as matrículas dos jovens de 18 a 29 anos de idade seguem em maior proporção, se comparadas às demais faixas etárias nos anos elencados, chamando a atenção para os jovens de 20 a 24 anos que seguem representando o maior número de matrículas em todos os anos pesquisados. Em 2018, por exemplo, esse montante aumentou mais que o dobro, sendo nesse ano, inclusive, o maior número de matrículas no EM, com um total de 170 estudantes. A partir de 2019, o que se verifica é uma gradativa diminuição do número total de matrículas, chegando a apenas 40 matrículas, em 2020, e 73, em 2021, porém, permanece em maior quantidade o número de estudantes entre 18 e 29 anos de idade. Notamos ainda que os anos com maior diminuição do número de matrículas – 2020 e 2021 – se referem ao período pandêmico¹. Diante dessa diminuição do número de matrículas na EJA, Ventura e Oliveira enfatizam as barreiras sociais que afetam os jovens estudantes, levando-os para a EJA:

Historicamente, as políticas públicas para a escolarização na EJA nunca foram muito além do foco nas pessoas que ativamente demandam a educação formal. Estruturar as ações prioritariamente naqueles que demandam a EJA submete essas políticas educacionais a toda sorte de eventualidades conjunturais que afeta a sociedade, e que vão, por exemplo, desde problemas com a localização da escola até a precarização do mercado de trabalho. (VENTURA; OLIVEIRA, 2021, p. 15-16).

No que se refere especificamente ao número de jovens matriculados no EM do CEEBJA de Chopinzinho (PR), fica evidente que a juvenilização também está presente nessa instituição de ensino, uma vez que persiste, no conjunto dos anos elencados, o maior número de estudantes jovens em relação ao de adultos e idosos.

A juvenilização na EJA pode ser analisada por diferentes enfoques, porém, no caso desta pesquisa, para além dos dados quantitativos que demonstram claramente a existência dessa problemática, percebemos que o sistema capitalista e as suas configurações no mundo da educação e do trabalho incidem cada vez mais nas formas de desigualdade social que atingem o jovem da classe trabalhadora.

Nesse sentido, dos 42 estudantes de 18 a 29 anos de idade estudantes do EM do CEEBJA de Chopinzinho (PR), 12 participaram desta pesquisa respondendo a um questionário. Dentre as motivações apontadas pelos jovens para o ingresso nessa modalidade de ensino, podemos afirmar que quatro delas dizem respeito a questões externas à escola (8 respondentes) – trabalho, dificuldades financeiras, gravidez e casamento – e as outras duas (4 respondentes) à reprovação e à desmotivação, aspectos que se vinculam mais diretamente à própria escola.

Se considerarmos os 12 respondentes, podemos afirmar que metade deles relacionou a evasão da escola regular a questões de sobrevivência, ou seja, trabalho e dificuldades financeiras. Assim, para a grande maioria dos jovens que respondeu ao questionário, conseguir emprego para ajudar a família ou para custear suas próprias despesas é um fator que motivou a saída da escola. Em alguns casos, esse processo se dá pela constituição de uma nova família, situação na qual precisam conseguir se sustentar após quebrarem os laços econômicos com seu núcleo familiar para adquirir a autonomia de suas vidas. Tomazzi e Corrochano (2020) destacam que o trabalho atravessa a experiência juvenil brasileira. As autoras, a partir de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (2019), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), afirmam:

O trabalho e a busca por trabalho são realidades presentes nas trajetórias de um conjunto significativo deles e delas: 38,1% dos jovens brasileiros entre 15 e 29 anos trabalhavam e 11,6% estudavam e trabalhavam no Brasil em 2019, sendo essa presença ainda mais intensa a partir dos 18 anos, para jovens de todos os segmentos sociais. (TOMAZZI; CORROCHANO, 2020, p. 253).

No caso dos jovens de Chopinzinho (PR) que cursam o EM na EJA, conforme indicam os dados, essa experiência está estreitamente relacionada à manutenção da sobrevivência. Tem-se, portanto, um perfil de jovens da classe trabalhadora que realizam, como veremos adiante, trabalhos pouco qualificados e com baixa remuneração. O próprio abandono do ensino regular relaciona-se a isso:

Entendemos que esses sujeitos estão permanentemente na condição de potenciais trabalhadores. Ao ainda muito precocemente vivenciarem essa

realidade acabam por concorrer na dinâmica trabalhar e/ou estudar. Com isso tornam-se potenciais alunos dos cursos de Educação de Jovens e Adultos (EJA). (FERNANDES, 2021, p. 03).

Observamos, desse modo, as dinâmicas de trajetórias individuais vinculadas à dinâmica social, a qual, por sua vez, é desigualmente estruturada, tendo em vista que, no contexto do capitalismo, a juventude é colocada diante de dilemas tanto no percurso escolar quanto no mercado de trabalho, sendo:

Assim, através dos processos de inclusão excludente, a educação escolar e não escolar se articula dialeticamente aos processos de exclusão includente existentes no mundo do trabalho, fornecendo ao cliente – o capital – a força de trabalho disciplinada técnica e socialmente, na medida das suas necessidades. (KUENZER, 2005, p. 15).

Acerca dessa exclusão includente que incide na relação entre trabalho e escola, são estabelecidas experiências que se completam e caminham no mesmo período, não existindo mais uma divisão entre o tempo para estudar e o tempo para trabalhar. A condição social, na maioria das vezes, é quem condiciona o processo de escolarização, e a entrada precoce no mundo do trabalho leva os jovens a situações de abandono, de retenção em série, de ciclos repetidos de entradas e saídas da escola, resultando em uma escolarização descontínua.

No que diz respeito às formas de empregabilidade, foi possível verificar que, dentre os que afirmaram estar trabalhando (9), a maioria é assalariada, mas somente três têm carteira assinada. Outros trabalham de forma eventual; mesmo atuando no mercado de trabalho, não recebem respaldo legal e nenhuma forma de garantia ou proteção trabalhista. Nesse sentido, enquadram no contingente de jovens brasileiros que trabalham em condições precárias, com jornadas longas e sem direitos. Com base nos “dados da PNAD Continua para 2019, podemos estimar em 49,4% a proporção de jovens trabalhando na informalidade, com apenas 28,4% inseridos no mercado formal de trabalho.” (TOMAZZI; CORROCHANO, 2020, p. 354).

Além disso, podemos constatar o reflexo das desigualdades vivenciadas pelos jovens da EJA ressaltadas e sentidas sob diversos aspectos. Um deles se refere ao modo como os alunos da EJA realizam as etapas de ensino, aliando trabalho e estudos, uma vez que “A desigualdade social como estruturante da pobreza é fator determinante da entrada dos jovens no mercado de trabalho e faz com que seja uma questão de sobrevivência” (FALEIROS, 2008, p. 73), o que reforça, mais uma vez, que os jovens trabalhadores estão em grande parte vivenciando formas laborais precarizadas.

A fim de conhecer os motivos que levaram os jovens a retornar à escola, a maioria indicou a necessidade de trabalho. Brunel (2008) ressalta que muito jovens retomam os estudos motivados pela perspectiva de conseguirem oportunidades de trabalho e, conseqüentemente, melhorar a qualidade de vida.

A juvenilização pode ser considerada um dos efeitos da sociedade capitalista, na qual os jovens pertencentes à classe trabalhadora necessitam ingressar no mercado de trabalho para contribuir com a subsistência familiar e, por esse motivo, buscam os cursos noturnos da EJA com o intuito de conciliar trabalho e estudo e obterem a certificação requerida para alcançarem melhores posições no mercado de trabalho.

Nesse contexto, Leão (2018, p. 74) também reconhece que “estudar é, um dos poucos caminhos ainda vislumbrados pelos jovens pobres como possibilidade, ainda que remota de realizar seus projetos de vida”. A EJA, nesse caso, representa uma alternativa capaz de suscitar experiências significativas a eles(as). Há, portanto, uma sinalização da contribuição que a escolaridade pode fornecer aos que estão em busca de melhores condições de trabalho e de ascensão social.

Os dados analisados lançam luz ao quanto a condição de ser jovem pobre e trabalhador é um elemento central para o processo migratório do ensino regular para a EJA, corroborando com a justificativa de que a juvenilização, nessa modalidade de ensino, ainda que se pesem fatores endógenos, é decorrente de “...problemas estruturais que vêm se apresentando ao longo do tempo, de toda ordem, sejam educacionais ou sociais. Assim, [...] é importante ratificar o quão as condições econômicas e sociais em que se inscrevem os jovens são estruturantes para configurar esse fenômeno” (SILVA, 2019, p. 59).

Partimos da hipótese de que a grande parcela dos jovens busca a empregabilidade motivada pelas necessidades financeiras, passando a contribuir com a renda familiar. Entendemos, assim como Picanço (2015), que, para muitos adolescentes e jovens, trabalhar é parte da definição e da expectativa de vida, seja pelo processo de autonomia, seja para auxiliar nas despesas de suas famílias.

Analisando o conjunto dos dados sistematizados sobre esse pequeno recorte da realidade educacional de Chopinzinho (PR), com relação à especificidade da EJA que vem sendo juvenilizada, podemos perceber, na dinâmica evidenciada, algumas das fragilidades que incidem na não garantia do direito à educação, combinada ao contexto social de muitos estudantes que são levados a interromper seus estudos e precocemente chegam à EJA.

Portanto, os obstáculos encontrados nesses processos são diversos, mas não ocorrem de forma isolada; são resultantes de processos sociais mais amplos, inerentes a uma estrutura desigual que, por sua vez, é social, política, econômica e cultural.

Considerações Finais

A juvenilização da EJA tem se justificado como consequência de problemas estruturais que vêm se apresentando ao longo do tempo e são de toda ordem, educacionais ou sociais, os quais se entrelaçam e interferem direta e indiretamente nessa problemática. A análise dos dados obtidos na pesquisa de campo lança luz ao quanto a condição de ser jovem pertencente a classe trabalhadora, que vivencia condições sociais como a falta de emprego ou a precarização laboral do próprio jovem e de sua família, constitui um elemento preponderante para o processo migratório do ensino regular para a EJA.

Nesse sentido, consideramos que há um conjunto de desafios interpostos no caminho da escola e do aluno jovem na EJA. Estamos, desse modo, diante de um fenômeno complexo, que envolve múltiplos fatores relacionais e, portanto, demanda novas pesquisas e aprofundamentos, destacadamente no que se refere às suas relações com Ensino Fundamental e Médio, chamado de “ensino regular”, bem como com as mudanças contemporâneas do mundo do trabalho nos processos educacionais do jovem da classe trabalhadora.

Na realidade específica de Chopinzinho (PR), foi possível perceber que as causas que incidem na juvenilização na EJA estão relacionadas, na maioria das vezes, às condições familiares e socioeconômicas vivenciadas pelos jovens da classe trabalhadora, os quais, ao chegarem aos anos finais e ao início do EM, são obrigados a trabalhar. Ao tentarem conciliar trabalho e estudos, são pressionados pelos condicionantes econômicos a optarem pelo trabalho, em detrimento aos estudos, de modo que, posteriormente, retornam à EJA em busca de melhores condições laborais e de vida.

Foi possível compreendermos, com esta investigação, alguns dos desafios que cotidianamente enfrentam os jovens chopinzinhenses da classe trabalhadora. Os que foram levados a deixar a escola regular e hoje retornam ao EJA, de certo modo, estão tentando mais uma vez superar tais desafios na busca de uma vida melhor. Mesmo diante de incertezas, retrocessos e autoritarismos instaurados em nosso país, a força e a resistência desses alunos nos faz olhar para a atual realidade como um pouco mais de esperança, deixando de lado o

Juvenilização no CEEBJA de Chopinzinho (PR) e as suas relações com o mundo do trabalho e da educação medo e buscando sonhar novamente que a educação pode, sim, tornar o nosso país mais justo e igualitário.

Referências

BRASIL. **Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 10 maio 2019.

BRUNEL, Carmen. **Jovens cada vez mais jovens na Educação de Jovens e Adultos.** Porto Alegre: Mediação, 2008.

CAGED. **Painel de informações da RAIS.** Brasília, DF: Ministério do Trabalho e Previdência, 2020. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiTjJlODQ5MWYtYzgyMio0NDA3LWJjNjAtYjI2NTI1MzViYTdlIiwidCI6IjNIYzkyOTY5LTVhNTEtNGYxOC04YWM5LWVmOThmYmFmYTk3OCJ9>. Acesso em: 02 set. 2021.

CASSAB, Clarice. Contribuição à construção das categorias jovem e juventude: uma introdução. **Locus: revista de história**, Juiz de Fora, v. 17, n. 02, p. 145-159, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20352/10774>. Acesso em: 26 nov. 2021.

DI PIERRO, Maria Clara; CATELLI JR., Roberto. A construção dos direitos dos jovens e adultos à educação na história brasileira recente. In: GRACIANO, Mariângela; LUGLI, Rosário S. G. (orgs). **Direitos, diversidade, práticas e experiências educativas na Educação de Jovens e Adultos.** São Paulo: Alameda, 2017.

FALEIROS, Vicente de Paula. Juventude: trabalho, escola e desigualdade. **Educação e Realidade.** Porto Alegre, v. 33, n. 2, p. 63-82, jul./dez. 2008. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/7064/4380>. Acesso em: 02 set. 2021.

FERNANDES, Marcos Vinícios Reis. Uma análise materialista-histórica da juventude da classe trabalhadora brasileira. **Cadernos do Aplicação.** Porto Alegre, v. 34, n. 1, jan./jun. 2021. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/CadernosdoAplicacao> . Acesso em: 13 fev. 2022.

INEP. **Indicadores educacionais:** taxas de rendimento: 2020. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/taxas-de-rendimento>. Acesso em: 1 jul. 2021

INEP. **Censo da Educação Básica.** Brasília, DF: Ministério da Educação, 2021. Disponível em: <https://inepdata.inep.gov.br/analytics/saw.dll?Dashboard>. Acesso em 20 jan. 2022.

IPARDES. **Caderno Estatístico Município de Chopinzinho.** Curitiba. Pr: Governo do Estado do Paraná, 2022. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=85560&btOk=ok>. Acesso em: 06 abr. 2022.

KUENZER, Acácia Zeneide. Exclusão Includente e Inclusão excludente: A nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. In: SAVIANI,

Dermerval.; SANFELICE, José Luis; LOMBARDI, Jose Claudinei (Org.). **Capitalismo, trabalho e educação**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2005. p. 77-96.

LEÃO, Geraldo Magela Pereira. Políticas de juventude e Educação de Jovens e Adultos: tecendo diálogos a partir dos sujeitos. In: SOARES, Leôncio. GIOVANETTI, Maria Amélia; GOMES, Nilma Lino (Org.). **Diálogos na educação de jovens e adultos**. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2018. p. 69-86.

LOMBARDI, José Claudinei. **Reflexões sobre educação e ensino na obra de Marx e Engels**. 2010. Tese (Livre Docência) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, 2010.

MARGULIS, Mario; URRESTI, Marcelo. La juventud es más que una palabra. In: MARGULIS, Mario (org.). **La juventud es más que una palabra**. Buenos Aires: Biblos, 1996.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.

MOTTA, Vânia Cardoso da; LEHER, Roberto; GAWRYSZEWSKI, Bruno. A pedagogia do capital e o sentido das resistências da classe trabalhadora. **Ser Social**. Brasília, n. 43, p. 310-328, jul./dez. 2018. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/18862/17577. Acesso em: 12 jan. 2022.

PICANÇO, Felícia Silva. Juventude e trabalho decente no Brasil: uma proposta de mensuração. **Caderno CRH**. Salvador, v. 28, n. 75, p. 569-590, set./dez. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/19546/12600>. Acesso em: 23 fev. 2021.

RODRIGUES, Maria Emília de; MACHADO, Maria Margarida. Educação de adultos em disputa – da pedagogia emancipatória à concepção “evolucionária”. **RBPAE**. v. 30, n. 2, p. 329-349, maio/ago. 2014. Disponível em: <http://repositorio.bc.ufg.br/handle/ri/12979>. Acesso em: 23 mar. 2020.

RUMMERT. Sonia Maria. A educação de jovens e adultos trabalhadores brasileiros no século XXI. O “novo” que reitera antiga destituição de direitos. **Sísifo. Revista de Ciências da Educação**. Lisboa, n. 2, p. 35-50, jan./abr. 2007. Disponível em: <file:///C:/Users/user/Downloads/50-111-1-SM.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2022.

SILVA, José. Humberto da. **Juventude trabalhadora brasileira**: percursos laborais, trabalhos precários e futuros (in)certos. 2012. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

SILVA, José Humberto. Juventudes, Trabalho e Educação: uma tríade estruturante para o fenômeno da juvenilização da EJA no Brasil? **E-Mosaicos**. Rio de Janeiro, v.8, n. 19, p. 43-63, set./dez. 2019. Disponível em: <file:///C:/Users/user/Downloads/46588-159771-1-PB.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2022.

TOMMASI, Livia; CARROCHANO, Maria Carla. Do qualificar ao empreender: políticas de trabalho para jovens no Brasil. **Estudos Avançados**. São Paulo, n. 34, p. 353-371, 2020.

Juvenilização no CEEBJA de Chopinzinho (PR) e as suas relações com o mundo do trabalho e da educação
Disponível: <https://www.scielo.br/j/ea/a/7gJR8dVYp3WdpCy8hPnNMdF/?lang=pt>. Acesso em: 13 abr. 2022.

VENDRAMINI, Célia Regina; *et al.* Escola, trabalho e perspectiva de futuro de jovens estudantes. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**. Araraquara, v. 12, n. 4, p. 2155-2176, out./dez. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.21723/riaee.v12.n4.out./dez.2017.8839>. Acesso em: 14 dez. 2021.

VENTURA. Jaqueline Pereira. **Educação de jovens e adultos ou educação da classe trabalhadora? Concepções em disputa na contemporaneidade brasileira**. 2008. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

VENTURA, Jaqueline Pereira; BOMFIM, Maria Inês. Formação de Professores e Educação de Jovens e Adultos: o formal e o real nas Licenciaturas. **Educação em Revista**. Belo Horizonte, v. 31, n. 2, p. 211-227, abr./jun. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/PDpfh7Cx5R9Qrj9QBssg4tB/?lang=pt>. Acesso em: 14 dez. 2021.

VENTURA, Jaqueline Pereira; OLIVEIRA, Francisco. As matrículas na Educação de Jovens e Adultos no Ensino Médio em meio à crise da ideologia neodesenvolvimentista. **Educação**. Santa Maria, v. 46, p. 3-26, jan./dez. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/61413/pdf>. Acesso em: 14 dez. 2021.

Notas

1 De acordo com a Organização Pan Americana de Saúde, a covid-19 é uma doença infecciosa causada pelo Coronavírus (SARS-CoV-2). Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que o surto do novo Coronavírus alcançou *status* de Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII), o mais alto nível de alerta da Organização, conforme previsto no Regulamento Sanitário Internacional.

Sobre as Autoras

Ana Cláudia de Camargo

Mestra em Educação pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), *campus* de Francisco Beltrão (PR). E-mail: camargoana446@gmail.com. Orcid: 0000-0001-6664-830X

Suely Aparecida Martins

Doutora em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina e professora do Curso de Pedagogia e do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), *campus* de Francisco Beltrão (PR).

E-mail: martins_sue@hotmail.com. Orcid: 0000-0002-7876-6634

Recebido em: 12/05/2022

Aceito para publicação em: 25/09/2022